

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	1
1. Funções estatais	1
2. Conceito e objeto do direito administrativo	2
3. Codificação e fontes do direito administrativo	4
4. Sistemas administrativos: sistema inglês e sistema francês	6
5. O regime jurídico-administrativo	6

CAPÍTULO II

PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	9
1. Princípio da supremacia do interesse público	9
2. Princípio da indisponibilidade do interesse público	10
3. Princípio da legalidade	11
4. Princípio da impessoalidade	12
5. Princípio da moralidade	14
6. Princípio da publicidade	15
7. Princípio da eficiência	16
8. Princípios da razoabilidade e proporcionalidade	18
9. Princípio da autotutela	20
10. Princípio da continuidade dos serviços públicos	21

CAPÍTULO III

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	23
1. Administração pública em sentido amplo e em sentido estrito	23

2. Centralização, descentralização e desconcentração	24
3. Administração em sentido material e em sentido formal	26
4. Conceito de administração direta, administração indireta e entidades paraestatais	28
5. Criação de entidades da administração indireta	29
6. Criação de subsidiárias e participação no capital de empresas privadas	31
7. Características comuns às entidades da administração indireta	32
8. Entidades em espécie	33
8.1. Autarquias	33
8.1.1. Autarquias sob regime especial, autarquias fundacionais e associações públicas	36
8.1.2. Agências executivas e agências reguladoras	38
8.2. Fundações públicas	43
8.3. Empresas públicas e sociedades de economia mista	46
8.3.1. Distinções entre empresa pública e sociedade de economia mista	56
8.4. Consórcios públicos	57

CAPÍTULO IV

ÓRGÃOS E AGENTES PÚBLICOS	63
1. Órgãos públicos	63
2. Agentes públicos	65

CAPÍTULO V

REFORMA ADMINISTRATIVA E TERCEIRO SETOR	69
1. Reforma do estado e administração gerencial	69
2. Contratos de gestão	71
3. Terceiro setor (entidades paraestatais)	73
3.1. Serviços sociais autônomos	73
3.2. Organizações sociais (OS)	74

3.3. Organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP)	76
---	----

CAPÍTULO VI

SERVIDORES PÚBLICOS (DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS)	79
--	----

1. Introdução	79
2. Acesso a funções, cargos e empregos públicos	81
3. Direito de associação sindical e direito de greve	90
4. Regras constitucionais pertinentes à remuneração dos agentes públicos	92
4.1. Fixação da remuneração e revisão geral anual	93
4.2. Limites de remuneração dos servidores públicos	94
4.3. Irredutibilidade dos vencimentos e subsídios	97
5. Vedação à acumulação de cargos, empregos e funções públicos	98
6. Disposições constitucionais relativas aos servidores em exercício de mandatos eletivos	99
7. Administração tributária	100
8. Disposições constitucionais específicas relativas aos servidores públicos estatutários	101
8.1. O regime jurídico único e a extinção de sua obrigatoriedade pela EC 19/1998	101
8.2. Planos de carreira e sistema remuneratório dos servidores públicos	104
8.3. Direitos trabalhistas atribuídos pela Constituição aos servidores públicos	106
8.4. Estabilidade	107
8.5. Regime de previdência dos servidores públicos	109

CAPÍTULO VII

ATOS ADMINISTRATIVOS	117
1. Conceito de ato administrativo e outras definições relevantes	117
2. Classificações	119

2.1. Atos vinculados e discricionários	119
2.2. Atos gerais e individuais	121
2.3. Atos internos e externos	122
2.4. Ato simples, complexo e composto	123
2.5. Ato válido, ato perfeito, ato eficaz e definições correlatas	124
3. Requisitos ou elementos dos atos administrativos	125
3.1. Competência	125
3.2. Finalidade	128
3.3. Forma	129
3.4. Motivo	130
3.4.1. Motivação	131
3.4.2. Teoria dos motivos determinantes	132
3.5. Objeto	132
3.5.1. Mérito administrativo	133
4. Atributos dos atos administrativos	134
4.1. Presunção de legitimidade	135
4.2. Imperatividade	135
4.3. Auto-executoriedade	136
4.4. Tipicidade	136
5. Extinção dos atos administrativos	137
5.1. Anulação	137
5.2. Revogação	138
5.3. Cassação	139
5.4. Outras formas de extinção do ato administrativo	140
6. Convalidação de atos administrativos	141

CAPÍTULO VIII

PODERES ADMINISTRATIVOS	145
1. Introdução	145
2. Poder vinculado e poder discricionário	145
3. Poder hierárquico	147
4. Poder disciplinar	148

5. Poder regulamentar	149
6. Poder de polícia	151
6.1. Introdução e competência para o exercício	151
6.2. Distinção entre atividade de polícia administrativa e outras atividades estatais	152
6.3. Classificação e meios de atuação	153
6.4. Sanções aplicáveis e limites de atuação da administração pública	155
6.5. Atributos do poder de polícia	156
6.6. Prescrição	158
7. Abuso de poder	159

CAPÍTULO IX

LICITAÇÕES PÚBLICAS	163
1. Introdução	163
2. Princípios orientadores das licitações públicas	165
2.1. Publicidade dos atos	166
2.2. Igualdade entre os licitantes	166
2.3. Sigilo na apresentação das propostas	167
2.4. Vinculação ao instrumento convocatório	168
2.5. Julgamento objetivo	168
2.6. Adjudicação obrigatória ao vencedor	169
2.7. Competitividade	170
3. Fases do procedimento licitatório	170
4. Modalidades de licitação	177
4.1. Concorrência	177
4.2. Tomada de preços	178
4.3. Convite	179
4.4. Concurso	179
4.5. Leilão	180
4.6. Pregão	180
4.7. Consulta	186
5. Tipos de licitação	186

6. Alienação de bens pela administração pública	188
7. Inexigibilidade e dispensa de licitação	189
7.1. Inexigibilidade de licitação	190
7.2. Dispensa de licitação	191
7.2.1. Licitação dispensável	192
7.2.2. Licitação dispensada	196
8. Anulação e revogação da licitação	197

CAPÍTULO X

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

1. Introdução	199
2. Conceito de contrato administrativo e de contrato da administração	200
3. Características gerais dos contratos administrativos	202
4. Prazo de duração dos contratos administrativos	205
5. Prerrogativas da administração nos contratos administrativos: as “cláusulas exorbitantes”	206
5.1. Exigência de garantia	207
5.2. Poder de alteração unilateral do contrato	208
5.3. Fiscalização da execução do contrato	209
5.4. Aplicação direta de sanções	210
5.5. Ocupação temporária	211
5.6. Restrições à oposição da exceção do contrato não cumprido (<i>exceptio non adimpleti contractus</i>)	212
5.7. Possibilidade de rescisão unilateral do contrato	213
6. Extinção dos contratos administrativos	214
6.1. Anulação	215
6.2. Rescisão	216
7. Convênios administrativos	220

CAPÍTULO XI

SERVIÇOS PÚBLICOS

1. Noções introdutórias	225
-------------------------------	-----

2. Conceito de serviço público	228
2.1. Conceitos amplos e conceitos restritos de serviço público	228
2.2. Critérios propostos para identificação de uma atividade como serviço público	229
2.2.1. Essencialistas <i>versus</i> legalistas	230
2.3. Definições propostas pela doutrina pátria. Conceito adotado nesta obra	232
3. Classificações	234
4. Formas de prestação dos serviços públicos	236
5. Concessão e permissão de serviço público	238
5.1. Definições legais e aspectos gerais	238
5.2. Licitação prévia à celebração dos contratos	241
5.3. Contratação com terceiros, subconcessão, transferência da concessão e transferência de controle societário	244
5.4. Direitos e obrigações do usuário	246
5.5. Obrigações da concessionária (ou permissionária)	247
5.5.1. Serviço adequado	248
5.6. Prerrogativas do poder concedente	250
5.7. Extinção da concessão (ou permissão)	254
6. Parcerias público-privadas	258
6.1. Licitação prévia à contratação de parcerias público-privadas	262
7. Autorização de serviço público	265

CAPÍTULO XII

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	269
1. Conceito	269
2. Evolução	270
3. Responsabilidade objetiva decorrente de atuação administrativa: o art. 37, § 6.º, da Constituição Federal	272
4. Responsabilidade decorrente de omissão da administração pública	275
5. A ação de reparação do dano com base no art. 37, § 6.º, da Constituição Federal	277

6. A ação regressiva contra o agente causador do dano	278
7. As responsabilidades administrativa, civil e penal do agente público	280
8. Responsabilidade civil por atos legislativos e atos jurisdicionais	282

CAPÍTULO XIII

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

285

1. Introdução	285
2. Noção de controle e classificações doutrinárias	286
3. Recurso hierárquico e recurso hierárquico impróprio	294
4. Controle legislativo	295
4.1. Hipóteses constitucionais de controle parlamentar direto	297
4.1.1. Controles exercidos pelo Congresso Nacional	297
4.1.2. Controles específicos exercidos pelo Senado Federal	300
4.1.3. Controle exercido por meio de comissões	300
4.2. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária	301
4.2.1. Controle exercido pelos tribunais de contas	303
5. Controle judicial	308
6. Improbidade administrativa (Lei 8.429/1992)	310
6.1. Aspectos gerais	310
6.1.1. Base constitucional e regulamentação legal	310
6.1.2. Sujeitos passivos	311
6.1.3. Sujeitos ativos	312
6.1.4. Natureza das sanções cominadas	313
6.2. Descrição legal dos atos de improbidade administrativa e sanções aplicáveis	314
6.3. Procedimentos administrativos e ações judiciais	316
6.4. Juízo competente	318
6.5. Prescrição	319

CAPÍTULO XIV

O PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL (LEI 9.784/1999)	321
1. Introdução	321
2. Abrangência e aplicação	321
3. Princípios	322
4. Direitos e deveres dos administrados	324
4.1. Direito a regime de tramitação prioritária	325
5. Início do processo e legitimados a sua instauração	326
6. Impedimento e suspeição	327
7. Forma, tempo e lugar dos atos do processo	328
8. Intimação do interessado	329
9. Instrução e decisão	330
10. Desistência e extinção do processo	333
11. Recurso administrativo	334
12. Contagem de prazos	337

CAPÍTULO XV

BENS PÚBLICOS	339
1. Conceito	339
2. Classificação	340
3. Características	341
4. Uso privativo de bens públicos por particulares mediante autorização, permissão e concessão	344

CAPÍTULO XVI

INTERVENÇÃO NA PROPRIEDADE PRIVADA	351
1. Introdução	351
2. Servidão administrativa	352
3. Requisição	353
4. Ocupação temporária	354

5. Limitações administrativas	355
6. Tombamento	355
7. Desapropriação	357
7.1. Pressupostos	358
7.2. Autorização constitucional	358
7.3. Bens desapropriáveis	360
7.4. Competência	360
7.5. Indenização	361
7.6. Desapropriação indireta	362
7.7. Direito de extensão	363
7.8. Tredestinação	363
7.9. Retrocessão	364
BIBLIOGRAFIA	365